

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

88
JAM

A INSURREIÇÃO DAS MULHERES



MARCOS VINÍCIUS GOMES CAVALCANTE

NATAL

1999



MARCOS VINICIUS GOMES CAVALCANTE

A INSURREIÇÃO DAS MULHERES

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora Denise Mattos Monteiro, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Zoroastro Cardoso.

NATAL

1999

*Os que com lágrimas semeiam, com júbilo ceifarão.
Quem sai andando e chorando enquanto semeia,
voltará com júbilo trazendo os seus feixes.*

(Sl 126:5;6)

AGRADECIMENTOS

Ao Deus, criador do céu e da terra, pelo provimento dispensado e pela força concedida, por poder hoje dizer: *Até aqui me ajudou o Senhor.*

A minha mãe que verdadeiramente lutou, muitas vezes além de suas forças para que eu continuasse esse árduo desafio; a minha irmã que compartilhou das mesmas adversidades e nunca deixou que eu esmorecesse.

Aos meus tios por terem acreditado em meu potencial. Em especial ao meu tio Enoque, que nos momentos das adversidades sempre esteve do meu lado. Hoje posso dizer a todos o quanto vocês são co-responsáveis por esse momento.

Aos meus amigos, que dividiram comigo durante esses anos as alegrias e as tristezas; principalmente a Genildo Benedito e Sidney Alexandre meus colegas e irmãos que me incentivaram e não deixaram que eu desistisse.

Aos meus mestres de todas as épocas, pois foram eles que construíram tudo isso, em especial, ao meu orientador Zoroastro Cardoso que na reta final soube me compreender e me dar as instruções suficientes para o êxito.

E não podia esquecer da minha esposa, que soube me compreender em todos os aspectos, mesmo nos momentos em que não sobrava um pouco de tempo para ela. Nunca reclamou de nada prova maior de respeito e companheirismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. A MULHER NORDESTINA DO SÉCULO XIX.....	9
1.1 Contextualização.....	9
1.2 Os costumes.....	10
1.3 Os casamentos.....	11
1.4 A instrução.....	13
1.5 As idéias liberais.....	14
2. A MULHER POTIGUAR NO QUEBRA QUILOS.....	16
2.1 O início.....	16
2.2 Os motivos.....	17
2.3 A participação da mulher Potiguar.....	22
3. MOSSORÓ UM CENTRO DE CONFLITOS	25
3.1 Panorama local.....	25
3.2 O conflito político.....	25
3.3 A questão religiosa.....	27
4. A INSURREIÇÃO DAS MULHERES.....	31
4.1 Os Antecedentes.....	31
4.2 O movimento.....	34
CONCLUSÃO.....	37
BIBLIOGRAFIA.....	39

INTRODUÇÃO

A escolha do tema tem relevância pela atualidade da luta da mulher pela cidadania equiparada ao homem. A insurreição das mulheres de Mossoró constitui um marco desta luta na história potiguar, notadamente porque no sertão do Nordeste brasileiro as mudanças ocorreram tardiamente em relação as capitais.

O movimento social ocorrido em 1875 em Mossoró, no Rio Grande do Norte, tem seu caráter singular na historiografia brasileira por tratar-se de um movimento realizado por mulheres no final do século XIX, quando essa categoria social era desprezada no âmbito de uma sociedade de formação patriarcal e machista. Esse trabalho visa resgatar essa parte da história importante para demonstrar o momento em que se dá o rompimento de costumes e valores até então inabaláveis dentro de uma sociedade voltada exclusivamente para o homem, que impedia a mulher de participar da vida pública e política.

Para compreender os motivos que suscitaram esse ato de rebeldia contra o governo, é necessário que se penetre um pouco no seu mundo e em meio às transformações sociais e culturais na segunda metade do século XIX, com a disseminação e pressão das idéias liberais retardatárias sobre uma estrutura conservadora.

O Brasil passou, a partir da segunda metade do século XIX, por transformações em sua estrutura econômica, quando seus principais produtos de exportação que moviam a economia ainda baseada na agricultura perdem espaço no mercado internacional. A queda do valor do açúcar finda forçando a mudança do polo produtor do Nordeste, antigo produtor da cana-de-açúcar e de algodão, para o sudeste onde se verificava um surto no cultivo do café. Essa nova fonte de capital sustentará na esfera política o regime monárquico brasileiro até o final do século XIX. Na política, as idéias conservadoras faziam com que o regime fosse contestado com mais freqüência, devido ao crescente apoio às idéias liberais introduzidas no país que começaram a desafiar a velha ordem.

Dentro desse contexto verificamos que a formação econômica nordestina se definiu desde seu início pela posse e uso da terra, o que era considerado o maior bem para um homem. Poucos eram os que gozavam de uma vida mais digna, enquanto a grande maioria vivia em estado de miséria, sujeitando-se a trabalhos exaustivos para garantia da vida. Essa grande maioria da população trabalhava na agricultura ou na pecuária de subsistência, expostos ainda

às intempéries do semi-árido que, vez por outra, provocavam prolongados períodos de seca, o que tornava a vida muito mais difícil. Na constituição da família de trabalhadores do Nordeste brasileiro, todos se igualavam em uma coisa, o trabalho, que não poupava nem mulheres e nem crianças na batalha pela sobrevivência.¹

A sociedade nordestina constituiu-se altamente hierarquizada e patriarcal, onde o homem era o centro das atenções, enquanto às mulheres cabia a dura tarefa de serem boas donas de casa e boas mães, sem direito algum mas com muitos deveres. Os limites lhes eram impostos sem o mínimo respeito, sendo-lhes negado os direitos de cidadã, o que as tornavam condenadas a clausura de âmbito familiar.

Quando se deu a virada para a segunda metade do século XIX, verificou-se em toda a região Nordeste um acentuado descontentamento quanto a ordem legal, política e administrativa, seja no âmbito local ou do país. A população passava por dias difíceis com o empobrecimento da região que perdera sua posição para o Sudeste. O Estado Imperial e os governos provinciais decidem adotar uma série de medidas; desde leis fiscais para suprimento de caixa, a leis para alistamento militar e de pesos e medidas, sendo recebidas com insatisfação pela população nordestina. Estourou ainda a questão religiosa quando dois bispos católicos são presos por porem em prática a determinação de uma bula papal e excluíram os maçons católicos dos sacramentos. Isso gerou uma série de debates entre católicos e maçons, alastrando-se para a esfera de disputas políticas locais.

Essa insatisfação acarretou a eclosão de várias insurreições que se espalharam rapidamente pelas províncias da região Nordeste quase se transformando em uma guerra civil, como no caso do “Ronco da abelha” (1851-1852) e do “Quebra quilos” (1874-1875).²

O Rio Grande do Norte traz uma participação impar nessas sedições que eclodiram, geradas pelo descontentamento com as forças dominantes. A presença de mulheres nessas sedições ocorrera, em Arês, Canguaretama, Goianinha e mais especialmente em Mossoró, que vivia um clima de disputas locais, onde o desprezo das autoridades para com as questões sociais serviram de tempero para embates entre católicos e maçons. De um lado os detentores

¹ HAMILTON, de Mattos Monteiro, *Nordeste insurgente (1850-1890)*, p.12-14.

² *Ibid.*, p. 33-45.

do poder público eram do partido conservador e professavam a fé católica e do outro uma força emergente, os liberais, que em sua grande maioria defendia a causa maçônica.³

Nessa conjuntura de turbulência política a força da mulher potiguar vem à tona e demonstra certo rompimento com valores desgastados que já não representavam a realidade do momento. Esse paradoxal ato de coragem da mulher mossoroense irrompeu como um grito de quem reivindicava o seu devido lugar dentro da sociedade, inserindo-se na luta mais abrangente em processo na sociedade brasileira, aflorando em insurreições como o Quebra quilos e o Ronco das abelhas.

As mudanças na sociedade patriarcal tendiam a alterar também as relações das mulheres com os poderes constituídos exercidos exclusivamente pelos homens, em nível privado e público sobretudo nas cidades mais abertas às influências externas.

A mobilização de 300 mulheres pelas ruas de Mossoró em contestação as novas leis do governo Imperial evidenciava que o “sexo frágil” estava rompendo com a submissão patriarcal.

Embora a fonte principal deste movimento insurrecional tenha sido o jornal “O Mossoroense” para elaborar este texto historiográfico, há outros registros que são citados na tentativa de esclarecer esse evento que, certamente, tem explicação muito mais profundas do que estas expostas nesta monografia.

³ ROSADO, Vingt-un, O motim das mulheres, um episódio do Quebra quilos, p. 50-55.

1. A MULHER NORDESTINA DO SÉCULO XIX

1.1 Contextualização

A segunda metade do século XIX é marcada por transformações importantes no âmbito das relações econômicas, políticas, sociais e culturais em todo o mundo e, em particular, no Brasil. É a partir da segunda metade do século XIX, que se torna mais claro o enfraquecimento das instituições que constituíam o poder imperial brasileiro, sugerindo a médio prazo o fim deste. A dependência econômica proveniente do campo mostrou-se fragilizada quando os preços dos produtos, até então sustentáculos da economia brasileira, caíram no mercado internacional, ante a livre concorrência, como é o caso do açúcar. A transferência da força de produção para a cultura cafeeira no sudeste do país, dará suspiros de vida ao regime, que apesar da decadência da agricultura, principalmente a nordestina, permanecerá com o apoio dos senhores de terra por mais algum tempo. Fato que não ocorrerá nesse período nas relações com a Igreja que investirá contra o Governo via maçonaria. O avanço liberal na política brasileira, reinvidicou transformações de cunho político, econômico e social que afetaram as estruturas conservadoras de um país perdido no tempo.

No Nordeste do Brasil essas mudanças afetaram sobremaneira os valores culturais que vão transformando lentamente algumas instituições sociais como a família e, mais precisamente a condição social da mulher. Rica ou pobre, culta ou analfabeta, livre ou escrava, a mulher ocupava posição social inferior na classe ou no estamento em que vive. Comportamentos, posturas, atitudes e até pensamentos impostos pela cultura e sociedade patriarcal e machista, marcaram em particular a mulher considerada inferior.¹

No sertão nordestino, perduraram tradições e costumes antigos e específicos, onde as extensas fazendas de gado e de plantio de algodão utilizaram mão-de-obra livre e escrava lado a lado no campo, onde uma população descendente de portugueses se mesclou com índios e negros escravos. Nesse cenário nasceu uma sociedade patriarcal, altamente estratificada entre homens e mulheres, ricos e pobres, escravos e senhores, brancos e

¹ FALCI, Miridian Knox. Mulheres do sertão Nordestino. In DEL PRIORE, Mary, *História das mulheres do Brasil*, p. 241.

caboclos. Essa sociedade se solidificou hierarquicamente muito rígida, onde acima de tudo encontramos a figura do homem, assumindo papel de fazendeiro, político local ou provincial, doutor ou mesmo vaqueiro, na mais baixa posição social o escravo. As mulheres assumiam papéis de senhora, dama, roceira e por fim a escrava negra. Toda essa estrutura social baseada no princípio da riqueza, posse da terra e parentesco. O símbolo de mulher ideal nessa sociedade era ser filha de fazendeiro, branca, herdeira de escravos, gado e terra, com dote suficiente para atrair pretendentes à altura do seu status.²

No século XIX, encontramos um aumento populacional extraordinário no Nordeste brasileiro, mesmo com a adversidade das sucessivas secas que afligiram a região. A população feminina principalmente, que durante os séculos XVI e XVII era proporcionalmente em menor número devido a conquista dos sertões por homens lutando pela posse da terra dos índios, dará um salto significativo, a capacidade de reprodução com prole numerosa dentro das famílias que habitavam o sertão nordestino fica comprovada por mulheres que chegavam a ter em torno de 25 filhos, por outro lado, o índice de mortalidade era bastante alto, pois crianças recém nascidas eram vítimas do chamado “mal de sete dias”, enquanto muitas mulheres também morriam no momento do parto, antes de parir ou pós-parto. Contudo, esses fatos não impediram um crescimento populacional de cerca de 180% durante o século XIX.³

1.2 Os costumes

A mulher sertaneja, nordestina, era simples em sua maneira de vestir, independente de pertencer ou não a elite. Tinha em comum, talvez devido a vida sedentária que levava certa obesidade, o que até certo ponto, segundo o viajante inglês Gardner, que passou pelo sertão em, 1836, “*era um elogio se dizer a uma mulher que ela estava ficando cada vez mais gorda e bonita, pois tratava-se do encanto principal da beldade do Brasil.*”⁴

Qual a mulher sertaneja do século XIX que não adornava o corpo com vestidos amplos, escondendo com um colete as formas desfiguradas pela gravidez. Usavam cabelos

² FALCI, *op. cit.*, p. 244.

³ *Ibid.*, p. 243-244.

⁴ AQUINO, Aécio Villar de, *Nordeste: século XIX*, p. 174.



longos e, pela ausência de cosméticos, não usava verniz ou esmalte nas unhas, mas nos pés usavam botas de cano curto, de couro, amarrada nos tornozelos. O uso de sandálias não era bem visto.

As mulheres mais abastardas não tinham muitas atividades fora do lar, pois eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e desenvolver as chamadas prendas domésticas; davam aulas de piano e solfejo; as de menores recursos se especializaram na arte dos doces por encomenda, arranjos de flores, bordados a crivo, ajudando assim no sustento e na educação do grande número de filhos. Essas atividades, apesar de úteis no âmbito econômico familiar, não eram bem vistas pela sociedade, onde o homem era acusado de ser incapaz de desempenhar seu papel de chefe de família.⁵

As mais pobres não tinham outra escolha a não ser procurar garantir seu sustento. Exerciam atividades de costureiras, rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras. Estas últimas, na enxada, ao lado dos irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar,⁶ semear, limpar a roça e colher.

Ao contrário de algumas poucas mulheres abastardas, essas mulheres pobres não tinham nenhuma oportunidade quanto a educação formal, mas somente o que a vida como trabalhadora e doméstica lhes exigia que soubessem, não lhes restando nenhuma perspectiva de exercer na vida adulta ou na meia idade atividades que exigem menor esforço físico.

1.3 Os casamentos

Quanto ao casamento dessas menos afortunadas, em geral não havia acerto entre famílias, nem envolvia dote, coisa comum entre a elite, o que levava muitas mulheres de “boa família”, no aspecto social, a não encontrar parceiros à altura, em face de problemas de herança e dote. Casavam-se muito novas, via de regra, aos doze anos de idade já preparavam enxovais e o casamento dava-se pouco tempo após a primeira menstruação.⁷

Tanto para ricos como para pobres a união entre um homem e uma mulher representava um grande valor, pois o casamento girava muitas vezes em torno de negócios.

⁵ D'INCAO, Maria Ângela, *Mulher e família burguesa*, In: DEL PRIORE, *op. cit.*, p. 223-227.

⁶ Cavar cavoucos, escavar, abrir alicerces para construções.

⁷ FALCI, *op. cit.*, p. 262-263.

Por vezes eram verdadeiras negociatas pré-nupciais entre o pretendente ou seus pais e os pais da moça envolvendo bens móveis e imóveis não somente de uma única parte, mas de ambas. Entre os índios era costume o pretendente doar algum bem em troca da moça pretendida. Mas a herança cultural ibérica introduziu o costume do dote da noiva nas famílias brasileiras.

Nas famílias mais pobres o casamento da filhas tinha para o chefe de família uma conotação diferente e interessante. Atitudes que se perpetuaram no tempo, dentro de versos de cordéis típicos da cultura popular nordestina:

*“Quando casou a primeira filha fez uma grande festa,
Quando casou a segunda deu uma festa ainda maior,
Casando a terceira, festejou o acontecimento por vários dias.
Mas quando casou o primeiro filho, não fez nenhuma festa.
Vendo o vizinho perguntou:
- Cuma é compadre, não tem festa não?
- Compadre, o caso agora num é de festa não. Quando eu casei
As três mininas, festejei praque eu dei a carga pro burro.
Mas agora fui eu que dei o burro pra carga.”⁸*

Por esse prisma o casamento das filhas tinha um sentido de desprendimento de um fardo, alívio e prazer em livrar-se dele, porque a mulher não produzia ou administrava bens como o homem.

Havia a prática do rapto da moça, muitas vezes um namoro não desejado pelos pais resultava no rapto da moça pelo pretendente.

Tratava-se de um rapto consentido pela mulher, que recebia a promessa de casamento por parte do raptor, embora nem sempre a promessa fosse cumprida. Mas o que chama a atenção nessa prática é que o noivo não poderia manter relações sexuais com a mulher raptada antes de consumir o casamento. A mulher era deixada na casa de uma pessoa de confiança, com quem se havia tratado o asilo anteriormente. O passo seguinte partia da mulher raptada que mandava avisar a família que só sairia de lá casada. Não tendo outra alternativa, os pais acabavam por realizar o casamento, mesmo a contra gosto, uma vez que a honra da moça e da família era mais importante.⁹

⁸ Ibid., p. 263.

⁹ Ibid., p. 267-268.

As mulheres que não se enquadravam nessa situação e após raptada, eram desonradas e abandonadas pelos raptadores, viravam “mulheres perdidas”. Em muitos casos era acionado o poder masculino, patriarcal, para obrigar o raptor a casar. O moço que não procedesse dessa forma seria excluído pela sociedade, considerado um indigno, um “roubador de honra”. Cabia ao pai da moça desonrada ou a um irmão da mesma vingar a honra da família, caçando o indigno para matá-lo ou castra-lo.

No âmbito da vida social, os costumes das mulheres eram distintos dos vividos pelos homens. A sociedade voltava-se por completo para a figura masculina, enquanto que às mulheres eram impostos muito mais limites a serem obedecidos.

1.4 A instrução

No cotidiano as mulheres de posição social mais elevada não chegavam à porta da casa durante todo o dia. Assistiam a missa pela madrugada e não saíam senão de palanquins ou à tarde, a pé, quando ocasionalmente a família fazia passeios.¹⁰

Além de não receber educação escolar, as mulheres não dispunham da liberdade de comunicação com pessoas estranhas, restringindo-se ao seu ambiente familiar em meio à parentela. No dia a dia eram discretas, distinguiam-se por sentimentos sublimes, profundos e generosos. O luxo companheiro fiel dos vícios, é completamente desconhecido, salvo em raras exceções.¹¹

Raras mulheres recebiam educação, até certo ponto, equivalentes aos homens, como é o caso de Amélia de Freitas, filha de desembargador, vinda de uma família abastada e de grande importância política e cultural, nascida em Jerumenha no Piauí em 1861, a primeira mulher brasileira a concorrer a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Mesmo com esse privilégio raro, Amélia de Freitas continua desconhecida e só é lembrada pela história por ter casado com um influente homem da capital federal.¹²

No sertão nordestino do século XIX, a mulher de elite, mesmo com um certo grau de instrução, estava restrita à esfera do espaço privado, pois a ela não se destinava a esfera

¹⁰ AQUINO, *op.cit.*, p. 168.

¹¹ NOBRE, Manoel Ferreira, *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*, p. 90.

¹² FALCI, *op. cit.*, p. 251.

pública do mundo econômico, político, social e cultural. A mulher não era considerada cidadã política, não podendo votar, nem ser votada para cargos eletivos nos três níveis de poder do Império.

Muitas filhas de famílias poderosas nasceram, cresceram, casaram e quase sempre morreram nas fazendas de gado sem nunca ter morado na cidade. Poucas estudaram as primeiras letras nas escolas particulares, dirigidas por padres, ou mesmo nas escolas públicas, como no primário da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, onde existiam em 1877 apenas 63 alunas matriculadas na escola dirigida exclusivamente para o sexo feminino. Não foram enviadas aos grandes centros para fazer o curso médio, como freqüentemente ocorria com os rapazes de sua categoria social. Raramente tiveram oportunidade de ler e, quando o fizeram, foi com professores particulares, contratados pelos pais para ministrar aulas em casa, uma raridade na segunda metade do século XIX.¹³

Poucas mulheres conheceram as primeiras letras e tiveram a oportunidade de assinar o nome, enquanto seus irmãos e primos do sexo masculino liam e escreviam o português, o latim; tinham noções de grego e filosofia, aprendiam ciências naturais, geografia, francês; mas algumas delas só aprendiam a bordar (em branco, crochê, o matiz), costura e a música.¹⁴

1.5 As idéias liberais

Mesmo diante desse quadro de extrema dependência e submissão, o século XIX para a mulher nordestina marcará o início do rompimento de algumas barreiras. Graças as idéias liberais que foram introduzidas lentamente no âmbito social, sejam via filhas ou filhos dos grandes agricultores, que se embebedaram com essas idéias transmitidas por padres seculares, e no convívio familiar aos poucos as mulheres vão conquistando alguns direitos a duras penas, como Chiquinha Gonzaga, famosa música brasileira, uma das pioneiras nessa luta.¹⁵

Pouco a pouco seriam transformados os costumes tradicionais, com a conquista da igualdade de sentar à mesa juntamente com os homens, inclusive na presença de estranhos.

¹³ NOBRE, *op. cit.*, p. 99.

¹⁴ AQUINO, *op. cit.*, p. 171.

¹⁵ *Ibid.*, p. 169.

Nísia Floresta Brasileira, mulher nascida em Papari, interior do Rio Grande do Norte no ano de 1810, é apontada como a precursora no Brasil das idéias de igualdade e independência da mulher. Educadora e escritora muito viajada pela Europa, morreu em 1885, contudo apesar de mal vista dentro da sociedade brasileira, teve um papel crucial no que se refere a propagação de uma nova linha de pensamento para a mulher do século XIX.¹⁶

As mudanças iam acontecendo e o comportamento social com relação as mulheres se faziam sentir, como no caso onde é narrado a intimidade das famílias que se banhavam no Capibaribe em Recife:

“As senhoras da classe mais elevada banham-se nuas, assim como as mulheres de cor e os homens. A aproximação de alguma canoa mergulham até o queixo, por decência, mas o véu é demasiado transparente. Vi nestes banhos a mãe amamentando o filho, a avó mergulhando ao lado dos netos e as moças da casa traquinando no meio dos seus negros, lançarem-se com presteza a atravessarem o rio a nado. A posição do corpo requerida por este exercício não deixa ver a quem passa nem o seio nem parte alguma da frente do corpo, de sorte que elas consideram o pudor resguardado; mas há outras formas não menos sedutoras que o olhar pode contemplar à vontade.”¹⁷

O que podemos verificar é que houve uma lenta superação dos valores tradicionais, abrindo caminho para mudanças de mentalidade e atitudes na sociedade nordestina à medida que se alteram algumas instituições sociais na transição para o século XX.

¹⁶ FALCI, *op. cit.*, p.252.

¹⁷ AQUINO, *op. cit.*, p. 172.

2. A MULHER POTIGUAR NO QUEBRA QUILOS

A partir da segunda metade do século XIX várias insurreições sacudiram o Nordeste brasileiro, anunciando transformações que se operavam na sociedade local.

Apontavam a necessidade de mudanças globais, o que pode ser atestado pelo incremento do banditismo rural e o fanatismo religioso, com a proliferação de santos e beatos que pregavam o isolamento ante aquela ordem injusta e aguardavam a salvação celeste, única esperança que lhes restava. Identificamos cangaceiros e fanáticos como face de uma mesma moeda e chegamos à conclusão não ser coincidência que no exato momento em que a crise econômica e a seca agravam problemas regionais, aumenta o número de beatos como Antônio Conselheiro e cangaceiros como Jesuino Brilhante.¹

2.1 O início

Em novembro de 1874 irrompeu um pequeno tumulto no povoado de Fagundes, comarca de Campina Grande na Paraíba. O povo, num dia de feira, opôs-se ao pagamento do chamado imposto do chão, cobrado pelo município na base de um tostão por carga que chegava à feira. O subdelegado de polícia interveio a favor da cobrança, mas teve de abandonar o local vitimado pelos amotinados a cacetadas.

Estava implantada a desordem social naquela província. Poucos dias depois, a 21 de novembro, grupos armados invadiram a vila de Ingá, na Paraíba. Cerca de 800 homens, sob o comando de vários chefes locais, queimam cartórios e arquivos públicos, quebram os padrões do sistema métrico decimal, perseguem maçons e praticam outras violências. A vila estava guardada por uma força de 50 praças que, temerosa de enfrentar a turba enfurecida, assistiu de braços cruzados os acontecimentos, limitando-se a defender a cadeia contra possível ataque dos rebelados.²

¹ MONTEIRO, Hamilton de Matos. *Nordeste Insurgente: 1850-1890*, p. 32.

² MAIOR, Armando Souto, *Quebra quilos, lutas sociais no outono do Império*, p. 92.

No mesmo dia fatos iguais são cometidos em Campina Grande, Cabaceiras, Pilar e em quase todas as cidades e vilas da Zona do Brejo Paraibano. Os sediciosos, por onde passavam, iam queimando arquivos municipais e cartórios, ao mesmo tempo em que soltavam das cadeias presos, perseguiram maçons e quebravam os pesos e medidas nos estabelecimentos comerciais. É daí que provem a denominação de “Quebra-quilos”.³

Cada grupo de 50 a 100 homens tinha seu chefe, que agia por conta própria, mas dentro de um plano geral. Os chefes se agrupavam engrossando as ondas de invasões. Contudo não se tinha conhecimento de um chefe geral do movimento, um responsável principal, porque talvez não existisse ou permanecesse oculto.⁴

O que se praticava em uma localidade se repetia em outra, no mesmo estilo e ao mesmo tempo. Independente de distância. Nas cidades ocupadas, os quebra quilos operavam à vontade diante da fraqueza das autoridades que não ofereciam resistência.

O caso ia tomando aspecto de uma revolução de cunho social, pois se alastrou rapidamente para as províncias vizinhas, como se a opressão exercida contra a população pobre do interior fosse o motivo de sua eclosão. Até escravos negros participaram da insurreição.

2.2 Os motivos

Várias são as causas apontadas como determinantes da sedição, entre as quais: o sistema métrico decimal, posto em uso em 1873, um ano antes do movimento eclodir; o aumento de impostos e taxas provinciais; a questão religiosa e o fanatismo que imperava pelo interior nordestino; e a lei n.º 2.556 de 26 de setembro de 1874 que definia os novos procedimentos para o alistamento militar.

A primeira causa apontada, a quebra de pesos e medidas do novo sistema métrico decimal, cujas atitudes deram nome ao movimento, aconteceu mais como uma forma de

³ MAIOR, *op. cit.*, p. 93.

⁴ *Ibid.*, p. 93.

exteriorização da revolta popular contra o governo e seus representantes. Da mesma forma que agiam incendiando cartórios e arquivos públicos e quebrando as cadeias.⁵

A lei que mandou adotar no país o sistema métrico decimal data de 1872, e além do mais não acarretava prejuízo para a população; quando ocorreram os levantes em 1874, a maioria da população já devia estar acostumada com os novos pesos e medidas. Entenda-se que o quilo de ferro que substituiu a libra de pedra, aferida segundo os padrões antigos, só traziam vantagens aos compradores; da mesma forma que o metro que substituiu a vara ou a braça.⁶

Quanto a segunda causa, o aumento dos impostos ocorreu nas províncias nordestinas num momento de crise econômica da região, quando a mesma perde sua importância para o sudeste do país dado ao ciclo do café; aliada aos sucessivos ciclos de seca que castigou a população nordestina. Um outros aspecto das reclamações baseava-se na forma como esses impostos eram cobrados pelos arrematantes.⁷

Os cofres públicos estavam cada vez mais desprovidos de recursos, pois a queda dos preços dos principais produtos de exportação da região, no caso o açúcar e o algodão, era cada vez maior o que ocasionava esse estrago público.

A solução encontrada foi o aumento dos impostos existentes e a criação de novos. Dentre os novos impostos surgiram os que taxavam alguns gêneros alimentícios como a carne seca e a farinha. Conseqüentemente houve repasse ao consumidor final o que ocasionou muitos protestos.

Quanto aos arrematadores dos impostos, tendo arrematado ao município ou a província determinada taxa, procuravam arrecadar o máximo que pudesse, visando aumentar seus lucros. Os expedientes utilizados para o recolhimento dessas taxas eram os mais diversos e muitas vezes exagerados, causando motivos diversos junto a população para agir contra tais. Existiam freqüentes extorsões por parte dos arrematantes e em todos os lugares se dizia que os coletores criavam impostos para si.

A arrecadação de impostos já havia passado dos limites suportados pela população, que se encontrava em uma difícil situação. Mesmo para os senhores de terras, que vinham sendo

⁵ HAMILTON, *op. cit.*, p. 51.

⁶ *Ibid.*, p. 52.

descapitalizados pelos efeitos da crise da lavoura, as novas taxas vinham como um abuso, fato que gerou, sem dúvida, um clima de revolta, um sentimento que se incubara no íntimo de cada um. Bastara uma faísca para que explodisse, para que eclodisse a revolta armada.⁸

A terceira causa era a questão religiosa, que surgiu quando dois bispos com respaldo em bula papal excluíram dos sacramentos católicos maçons, sendo o Imperador grão mestre da maçonaria, o que acarretou a prisão dos dois bispos. D. Vital e D. Macedo, abalando o prestígio do governo imperial, acusado de agir a serviço da maçonaria. A prisão de D. Vital, que era bispo de Olinda, excita o clero pernambucano e da Paraíba contra o governo e contra a maçonaria. Os agentes do poder imperial passam a ser vistos como heréticos, expostos pelos padres à execração pública.

No ano de 1873, um ano antes da eclosão do quebra quilos, ia alta a luta entre a Igreja e a maçonaria. Corria um processo contra o bispo de Olinda por imputação de desobediência ao governo. D. Vital, ainda em liberdade, recebeu do Supremo Tribunal a denúncia contra ele oferecida para que se defendesse.⁹

Na Paraíba, quem se mostrou mais exaltado foi o padre Calixto da Nóbrega, vigário de Campina Grande. Tomado de zelo pela causa da igreja foi a Recife visitar o bispo D. Vital, que estava sendo processado e já avultava no conceito dos católicos como mártir de um governo herético. De volta convidou o padre Ibiapina, missionário de muito prestígio no seio da população do Nordeste, para que o mesmo abrisse missões em sua freguesia.

Ibiapina pregou uma doutrina subversiva. Mesmo sabendo da sua índole e das suas virtudes que demonstrou durante toda a sua vida, através de sacrifícios, renúncias e consagração a causa do amor e da caridade ao próximo, o fato é que se deixou contaminar da paixão que o clero fomentou em desagravo da Igreja ultrajada.¹⁰

Falando à multidão devota, declarou-se admirado do povo não haver ainda se levantado, como um só homem, contra o governo. Acrescentou com ênfase de que não havia de que se recear, porque a proporção entre os que defendiam a religião e os que defendiam o governo era de cem para um. Em suma, aconselha desobediência às autoridades, ao mesmo

⁷ HAMILTON, *op. cit.*, p. 53.

⁸ *Ibid.*, p. 52.

⁹ MARIZ, Celso, *Ibiapina, um apóstolo do Nordeste*, p. 142.

¹⁰ *Ibid.*, p. 143.

tempo que alerta o povo para não comprar nem vender nada aos membros da maçonaria. As missões realizadas no final de 1873 foram a semente da sedição na Paraíba germinada em 1874.¹¹

Nesse meio tempo, o zelo religioso transborda de todo o clero em chagas que sangram. D. Vital foi preso no palácio episcopal de Olinda, em 02 de janeiro de 1874 e em seguida transportado para o Rio de Janeiro. Foi julgado em fevereiro de 1874 e condenado a quatro anos de trabalhos forçados, que o Imperador comuta em quatro anos de prisão simples, numa fortaleza do Rio de Janeiro.

Enquanto isso, na Paraíba, o Padre Calixto da Nóbrega, não deixou que o fogo da exaltação religiosa se apagasse. Com o mesmo espírito de luta, prosseguiu na campanha contra os maçons, enquanto que Ibiapina se arrependeu do excesso de suas palavras e voltou com maior intensidade a cuidar de suas casas de caridade.

Havia uma sociedade maçônica em Campina Grande, denominada “Segredo e Lealdade” os membros católicos praticantes foram expulsos da igreja pelo padre Calixto, debaixo de muito vexame. Daí por diante o pânico se instalou, pois a população seguindo as ordens do padre, ameaçavam aos excomungados; alguns atemorizados por demais, tinham receio de sair de suas casas principalmente a noite, pois o risco de serem assassinados era evidente.¹²

A intolerância dos católicos mais chegados ao padre Calixto era tal que a menor discussão a respeito de religião degenerava em briga, com exibição de armas e ameaças de morte. Durante todo o ano de 1874 os atritos se sucederam até que em novembro estoura o movimento sedicioso, envolvendo ao mesmo tempo vários municípios em várias províncias, prova mais concreta da importância desse aspecto no desenrolar do Quebra Quilos. Quando os sediciosos invadiram a vila de Ingá na Paraíba, bradavam gritos de morra os maçons e viva os católicos.¹³

¹¹ Ibid., p. 143.

¹² Ibid., p. 144.

¹³ Ibid., p. 144.



O fato se sucedeu em outras províncias nordestinas. No Rio Grande do Norte irrompeu conflitos entre católicos e maçons na cidade de Mossoró, onde a perseguição passou a ser por demais forte, a ponto de criar-se um ambiente belicoso.¹⁴

Última causa que influenciou no levante de 1874 e 1875 foi a lei n.º 2.556 de 26 de setembro de 1874 e regulamentada pelo decreto n.º 5.881 de 27 de fevereiro de 1875, decreto do gabinete do Visconde de Rio Branco e que estabelecia novos procedimentos para o alistamento militar.

A primeira notícia que chega aos ouvidos da população é de que tratava-se de uma lei que tornava o cidadão em escravo, daí a terminologia popular de “LEI DO CATIVEIRO”. Mesmo antes da guerra do Paraguai, a população mestiça, em sua maioria, já se preocupava e se atemorizava quanto a uma Lei que os tornasse escravos, gerando uma certa desconfiança das camadas populares quanto as elites e ao Governo.¹⁵

Na verdade o recrutamento militar nunca fora bem visto pela população em geral, o sertanejo que dependia da mão de obra familiar, viam seus filhos essencialmente necessários para o conjunto de subsistência da família, lhes serem arrancados para servirem a pátria. A situação agravou-se por ocasião da guerra do Paraguai, pois o fato da perda se tornara quase que definitivo.¹⁶

Mesmo após a guerra persistiu a inconformidade quanto ao recrutamento. A lei n.º 2.556 veio para corrigir alguns abusos até então existentes. Porque na forma anterior o presidente da província designava uma pessoa para recrutar todos os homens brancos e solteiro e o pardos livres com idade entre 18 e 35 anos, contudo os recrutados podiam ser substituídos ou dispensados mediante o pagamento de quatrocentos mil-réis, coisa só possível aos da elite. Por causa dessa forma rígida ocorreram várias perseguições políticas, onde os senhores da terra conseguiam afastar pessoas indesejadas que atravessavam seus caminhos.¹⁷

¹⁴ ROSADO, Vingt-un, *O motim das mulheres, um episódio do quebra quilos*, p. 50-55.

¹⁵ HAMILTON, *op.cit.*, p. 51.

¹⁶ *Ibid.*, p. 51.

¹⁷ *Ibid.*, p.73-74.

A nova Lei entretanto instituiu juntas de alistamento e conseqüentemente um sorteio. A junta era formada pelo juiz de paz, pela autoridade policial mais graduada do local e pelo pároco.¹⁸

No primeiro ano de vigência desta Lei, as autoridades deveriam arrolar todos os homens solteiros e casados, que tivessem entre 19 e 30 anos de idade, e posteriormente seria feito um sorteio em data a ser determinada.

As juntas paroquiais se organizaram, expediram a convocação a todos os homens válidos naquela faixa etária e começaram os trabalhos em 1875, utilizando geralmente as instalações das igrejas católicas locais.¹⁹

Os boatos correram, dando conta de que todos os homens dessa idade seriam efetivamente recrutados. Outros diziam que era uma nova Lei de escravidão. Para os trabalhadores rurais, nessa época o tráfico de negros africanos já havia sido proibido e cada vez mais a mão-de-obra escrava no Nordeste era escassa, até pelo tráfico interprovincial para o sudeste do país.

O alvoroço era grande, com políticos liberais aproveitando-se da situação para atacar o gabinete conservador do Visconde do Rio Branco. Os grandes proprietários de terra temeram perder o controle do tráfico de influência que se tornava uma arma legal para fins de perseguições políticas. Já as mulheres temeram pelo fato de vir a perder seus maridos e filhos.²⁰

Quando as juntas foram instaladas e iniciaram seus trabalhos, grupos de pessoas invadiram as igrejas, rasgando os editais e exemplares da Lei, destruindo móveis e utensílios.

2.3 A participação da mulher potiguar

Na província do Rio Grande do Norte essa última causa foi a mais grave e o movimento na província teve uma particularidade que chama a atenção: em várias localidades, algumas mulheres participaram dos grupos de agitadores. Ao que se sabe, a participação da mulher no século XIX nos movimentos sociais e na própria dinâmica política do dia a dia é

¹⁸ Ibid., p. 75.

¹⁹ Ibid., p.75.

inexistente, pois elas viviam exclusivamente para os afazeres do lar, a cozinha, os filhos e quando muito, deixavam a clausura doméstica para ajudar o marido nas roças.

Talvez o medo de perder aquilo que mais precioso existia, marido e filhos, para o exército e a armada tenha gerado um paradoxal ato de bravura e coragem, ao se aventurarem nas ruas das localidades contra algo que para elas seria a própria continuidade de vida.

O presidente da província sondou junto aos juizes de direito sobre a reação das comunidades à nova legislação. As respostas recebidas destes tranquilizava, porém não correspondia à realidade. Em Mossoró, cuja situação fora única na história brasileira, onde mulheres em número de 300 foram protagonistas dessa resistência e cujo estado da cidade inspirava cuidados, teve, por parte do seu juiz, uma resposta mediante carta circular de julho de 1875 de forma equivocada.

Os tumultos irromperam por toda a parte, na província do Rio Grande do Norte, notadamente em Mossoró, Arês, Canguaretama e Goianinha.²¹

O início deu-se em Arês. O antigo aldeamento indígena viu eclodir a revolta no dia primeiro de agosto de 1875, onde um grupo de homens e mulheres, seguidos ainda por remanescentes indígenas armados de facas e cacete, invadiram a igreja matriz de São João Batista, onde funcionava a junta de recrutamento e tomaram livros, papéis e editais referentes aos recrutamento, dilacerando-os. Não houve outra violência fora essa, os móveis foram preservados, talvez pelo fato de não ter havido resistência por parte de quem quer que fosse.²²

Em Canguaretama, as manifestações aconteceram no mesmo dia que as de Arês, porém com uma dose a mais de violência. Quando os insurretos chegaram à igreja da vila, encontraram o Capitão João Paulo Martins Nanninger com uma guarnição, convicto da tarefa de impedir a desordem na vila. O confronto foi inevitável com diversos disparos e ataques de baionetas contra a multidão de homens e mulheres, sendo que o saldo do confronto foi de 16 pessoas feridas, inclusive mulheres.²³

Já em Goianinha que dias antes passara por momentos de extrema brutalidade inclusive com mortos, o grupo de sediciosos foi liderado por Antônio Hilarino Pereira que estava com

²⁰ HAMILTON, *op. cit.*, p. 75.

²¹ CASCUDO, Luís da Câmara, *Notas e documentos para a história de mossoró*, p. 163-164.

²² *Ibid.*, p. 164.

²³ *Ibid.*, p. 165.

grande número de mulheres e outro grupo não menor de homens, que reuniram-se no pátio da vila e marcharam proferindo palavras de ordem contra a nova Lei até a igreja.

Devido aos problemas anteriores de violência no município, havia sido enviado para efetuar os trabalhos de recrutamento o alferes João Pereira de Oliveira e mais um reforço policial. O confronto em nome da ordem aconteceu, porém os soldados comandados pelo alferes recuaram, após 4 deles serem feridos. A turba avançou contra a igreja, rasgou os livros e os editais referentes ao recrutamento e quebraram uma série de móveis da igreja.²⁴

A participação das mulheres nesses episódios foram decisivos, pois engrossavam as multidões, que tiveram a coragem de lutar por aquilo que achavam justo.

²⁴Ibid., p. 166.

3. MOSSORÓ UM CENTRO DE CONFLITOS

Para se compreender o movimento insurrecional ocorrido em 1875 organizado pelas mulheres é necessário que se compreenda o panorama de conflitos que pairava sobre a cidade de Mossoró, conflito político entre conservadores e liberais e conflitos de ordem religiosa entre católicos e maçons.

3.1 Panorama local

Mossoró era uma cidade bem populosa, com tendências comerciais, sua população se lança ao trabalho com uma atividade verdadeiramente pasmosa¹, os rigores do tempo, a rudeza dos campos e a falta de braços não os fazem empecer². No passado a antiga povoação de Santa Luzia de Mossoró, foi o lugar do Rio Grande do Norte aonde se praticaram ferocidades de toda a sorte. Era um lutuoso cenário. O lugar denominado de Macacos foi em verdade o teatro de cenas as mais dolorosas; não há expressões possíveis.³

A população, dividida em grupos armados, repelia toda e qualquer ordem legal e fazia fugir os personagens do lugar, que por meio da palavra e do exemplo, procuravam chamar os homens desvairados à boa ordem.⁴

A partir do ano de 1848, agrega-se uma população de fora, habitando na cidade e levanta os primeiros marcos da civilização intelectual e material em Mossoró.⁵

3.2 O conflito político

Em 1872, mais precisamente a 7 de setembro, procedeu-se eleições de vereadores e juizes de paz. A esse tempo já se encontravam os partidos absolutamente extremados, com o conservador chefiado pelo padre Antônio Joaquim Rodrigues e o partido liberal chefiado pelo

¹ Adj. Que causa pasmo; assombro; incrível; admirável.

² v. tr. dir. Prejudicar; impedir; criar obstáculos.

³ NOBRE, Manoel Ferreira, *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*, p. 89.

⁴ *Ibid.*, p. 90.

⁵ *Ibid.*, p. 90.

major Francisco Gomes Guará e José Damião de Souza Melo. A maioria dos votantes do município se dizia conservadora, talvez pela popularidade e carisma do padre Rodrigues.⁶

Os conservadores, que já estavam de posse da mesa, procederam às eleições na igreja que era guardada por duas trincheiras e grande número de pessoas armadas de cacetes e outras armas, a fim de impedir a entrada dos liberais na igreja. Os liberais se limitaram a percorrer as ruas da cidade, acompanhados de uma banda de música, erguendo vivas ao seu partido.⁷

Diante desses acontecimentos a chapa conservadora se sagrou vencedora, deixando porém muito ódio entre os partidos, com especialidade do lado dos liberais, que, em 17 de outubro de 1872, fundam um jornal intitulado de “O mossoroense” sob a direção de Jeremias da Rocha Nogueira, filho de Ana Floriano, possivelmente um dos inspiradores da insurreição das mulheres, pois o semanário era de cunho político, comercial, noticioso e também anti-jesuítico.⁸

Em 08 de janeiro de 1873, Jeremias da Rocha Nogueira, até então secretário da Câmara Municipal, dirigiu à mesma seu pedido de demissão, cargo que ocupou por 11 anos e que certamente contribuiu para esquentar as disputas políticas do município.⁹

Na sua petição fez duras críticas à bancada conservadora e ao governo provincial, relatando sua indignação pela forma como os conservadores conduziram o pleito eleitoral.

Em 11 de janeiro de 1873, o Presidente da câmara municipal rebate as duras críticas, declarando que o advogado Jeremias da Rocha não lhe merecia confiança e que o mesmo não teria zelo no cumprimento de seus deveres, portanto, lhe propunha a demissão.¹⁰

Um outro episódio político entre liberais e conservadores ocorreu na noite de 08 de março de 1873, quando a cidade foi alarmada ante um fato provocado por soldados de linha que, embriagados, percorreram toda a cidade, atirando sem direção certa e dando pancadas e punhaladas indistintamente nas pessoas. Um grande número de pessoas revoltadas, resolveram oferecer resistência aos amotinados, em número de 30 praças, que se viram obrigados a fugir

⁶ SOUZA, Francisco Fausto de, *História de Mossoró*, p. 93.

⁷ ROSADO, Vingt-un, *O motim das mulheres, um episódio do quebra quilos*, p. 46.

⁸ SOUZA, *op.cit.*, p. 54.

⁹ ROSADO, *op. cit.*, p. 47.

¹⁰ *Ibid.*, p. 49.

na mesma noite para a capital da província. No dia seguinte, O Mossoroense publicou a manchete: **ÚLTIMA HORA DE HORROR.**¹¹

*“Todos os crimes e atentados de vândalos da polícia, ontem às 8 horas da noite. Insultos, espancamentos e punhaladas em diferentes cidadãos. Sangue. Grande clamor geral, agitação das massas, levantamento pronunciado contra os bandidos. Gritos de salve-se quem puder. Alaridos e vozes de haja pua. Movimento popular furioso. Ronda urbana de cidadãos armados policiando a polícia, cidade em alarme”*¹²

Tecia daí por diante severas críticas aos líderes conservadores que constituíam o poder municipal da cidade, frisando serem incapazes de dar proteção aos cidadãos mossoroenses.

3.3 A questão religiosa

A ferrenha oposição de Jeremias da Rocha Nogueira contra os conservadores confundia-se com seu combate à Igreja. Não há como separar um do outro. O vigário Antônio Joaquim Rodrigues liderava ao mesmo tempo a Igreja católica e o Partido Conservador em Mossoró.

Muita lenha na fogueira deve ter sido colocado desde outubro de 1872, ano da fundação do mossoroense a agosto de 1875, quando ocorreu a insurreição das mulheres. A linguagem desabrida de Jeremias vinha sendo utilizada na luta contra os conservadores e contra a Igreja Católica local.

A loja maçônica 24 de junho, entrou em conflito com a Igreja local, participando da questão religiosa que afligia o Nordeste, em especial a Paraíba e Pernambuco.¹³

A nível mais amplo a questão religiosa entre Igreja e Maçonaria surge por meio dos Bispos, que se atentando para a determinação da bula papal, para exclusão dos maçons aos sacramentos da Igreja, rebelaram-se contra as leis do Império. No âmbito local, a sociedade maçônica foi fundada em 1873 e foi instalada em um sobrado no centro da cidade, que perdura até os dias atuais.

¹¹ SOUZA, *op. cit.*, p. 138.

¹² O Mossoroense, 09.03.1873.

¹³ ROSADO, *op. cit.*, p. 51.

A maçonaria vinha sendo considerada por alguns setores católicos como inimiga da Igreja. A criação da Loja Maçônica 24 de junho provocou forte repulsa de católicos e do pároco, que manifestou-se inimigo dessa instituição desde a sua instalação.

Como o fanatismo popular chegou ao cúmulo de que, dentro do prédio onde funcionava a loja maçônica, existia um bode preto que só saía à noite, armaram vigília para capturar tal animal.¹⁴

Os Bispos de diversas dioceses do Brasil dirigiram aos párocos cartas pastorais proibindo-lhes, entre outras coisas, casarem maçons e consentir que fossem padrinhos de crianças; o que sempre foi observado pelo vigário Antônio Joaquim de Mossoró.

Pondo em execução essas ordens episcopais, o padre Antônio Joaquim provocou os ânimos dos maçons da “24 de junho”, que em Mossoró polemizaram, atacando-os pela imprensa representada pelo “O mossoroense”.¹⁵

Devido à proibições episcopais o maçom José Paulino de Campos de Oliveira, por ocasião de achar-se o padre Antônio Joaquim celebrando a missa conventual, declarou em voz alta e inteligível perante todos que se achavam presentes que recebia em casamento por sua legítima mulher dona Filomena Nepomucemo, fazendo esta também igual declaração que recebia aquele homem por seu legítimo esposo. Constrangido com o acontecido, o padre Antônio Joaquim consultou o bispo da diocese sobre o assunto e este considerou-os legitimamente casados.¹⁶

Também nessa época casaram-se em Mossoró, acatolicamente, segundo as leis do Império, o maçom Frederico Antônio de Carvalho com dona Maria Leopoldina de Carvalho.¹⁷

Continuou a recusar-se o padre Antônio Joaquim a casar os maçons em Mossoró, sem que primeiro se confessassem, abjurando suas crenças heréticas, condições estas a que não aceitavam e nem pretendiam se submeter os pedreiros livres.

Casaram-se ainda perante o Ministro Evangélico De Lacy Wardalaw os maçons Conrado Mayer e dona Maria Gomes da Silva e Ricardo Vieira do Cunto com dona Tereza

¹⁴ Ibid., p. 51.

¹⁵ Ibid., p. 52.

¹⁶ Ibid., p. 52.

¹⁷ Ibid., p. 55.

Daviana de Jesus. É bom lembrar que todas essas mulheres foram participantes da insurreição em 1875.¹⁸

O padre Antônio Joaquim foi um inimigo irreconciliável da maçonaria, falando sempre do púlpito contra ela. Por outro lado, desde os primeiros instantes, o jornal dos liberais maçons se escudou numa campanha ostensiva à pessoa do vigário político, de quem um instante se quer se recusou a atacar em todos os sentidos e por todos os meios condizentes com a imprensa escrita.¹⁹

Sem nenhum temor, mesmo enfrentando ódios e vinganças que se formavam contra o jornal, Jeremias da Rocha e seus companheiros de redação receberam o desafio que a contingência política do momento se evidenciara. Respondia em letras de fogo as palavras vindas do púlpito. Apoiou no jornal a questão religiosa de que resultou a prisão de Frei Vital e do Bispo do Pará, D. Macedo Costa, cerrando fileira ao lado da maçonaria nacional, fomentando, contra a vontade do vigário, a implantação de uma sociedade de pedreiros livres em Mossoró.

E esta veio um ano após, apesar da propaganda ostensiva, ao término da qual dizia Jeremias em seu jornal: “o vigário dizia que em Mossoró não medrava a maçonaria, ela vai está em pleno funcionamento.”²⁰

Ressalte-se que àquela época a luta da Igreja contra a maçonaria era cruel, a ponto de ser tornada obrigatória aos sacerdotes que pertenciam àquela sociedade esta condição “Abjurar a maçonaria”.

Muitos padres abdicaram de sua condição maçônica, imposta por conta da bula papal divulgada por Dom Vital, se bem que muitos, como o vigário de Natal, padre Bartolomeu da Rocha Fagundes, preferiu arriscar com o que de grave lhe pudesse ser imposto pela Igreja a se distanciar dos maçons e deixar de pregar os ensinamentos que a sociedade praticava e cultuava.²¹

¹⁸ ROSADO, *op. cit.*, p. 53

¹⁹ SOUZA, *op. cit.*, p. 138.

²⁰ *Ibid.*, p. 137.

²¹ ROSADO, *op. cit.*, p. 54.

O *mossoroense*, por ser um jornal que surgira de oposição, tornou-se o arauto de todo o combate ao que a Igreja pregava de errado. Era um jornal rebelde da época, órgão do partido liberal, mas acima de tudo anti-jesuítico.²²

O segmento maçônico preparou-se para comemorar a decisão do Conselho de Estado a favor dos maçons que integravam a Irmandade do Santíssimo Sacramento. O jornal maçônico e liberal, na época da questão religiosa publicou o seguinte artigo que encontramos reeditado por ocasião do centenário do mesmo:

*“GRANDE TRIUNFO – Pelo lugre Grego – Evangelista que entrou em nosso porto a 15 do corrente recebemos o boletim do jornal do Recife, publicado na parte editorial desta folha, que nos veio trazer a notícia do brilhante triunfo, que acaba de obter a maçonaria brasileira contra os Bispos ultramontanos do Império e especialmente contra o de Pernambuco, pela decisão do Conselho a favor dos membros maçons da Irmandade do Santíssimo Sacramento da mesma cidade, no recurso que interpuseram da sentença de interdição de sua excelência. Foi grande e imenso o júbilo que se apoderou do espírito de quase toda a população desta cidade com a chegada de tão importante notícia. Reforçou-se e embandeiramento da praça do comércio (...) elevou-se bem alto o pavilhão brasileiro, que flutuava por cima do estandarte maçônico(...). Praza aos céus tão sublime lição vá fazendo conter em seus eixos dois pólos da perversidade romana, que por seu fanatismo bárbaro tem excitado os povos à revolta e à matança, e que se extingue para sempre o facho da guerra civil, que eles tem procurado acender a tinta que deve purpurizar os seus barretes de cardeais.”*²³



²² Ibid., p. 55.

²³ O *Mossoroense*, 22.11.1972 (reedição na íntegra)

4. A INSURREIÇÃO DAS MULHERES

Durante o governo provincial de José Bernardo Galvão Alcoforado Júnior, 35º presidente da província do Rio Grande do Norte, eclodiu a insurreição.¹

4.1 Os antecedentes

Em meio aos confrontos políticos, entre liberais e conservadores e religioso, entre católicos e maçons, surgiu a figura de Ana Rodrigues Braga, conhecida por Ana Floriano, por ter sido a segunda esposa de Floriano da Rocha Nogueira, nascido em Mossoró, filho de cearenses que migraram para Mossoró no início do século XIX. Ana Floriano era um tipo de mulher forte, olhos azuis, cabelos louros, estatura além do comum em relação à típica mulher sertaneja. Mãe do liberal Jeremias da Rocha Nogueira, de quem admirava as idéias e nas quais se inspirou para organizar o movimento, ela foi protagonista dessa insurreição. Mulher que não se deixava vencer pelos embates da vida, isso certamente chamou a atenção daquelas pessoas que a cercavam.²

4.1 Os antecedentes

Diante da ferocidade dos confrontos políticos da cidade, mais precisamente no dia 1º de janeiro de 1875, ocorreu um fato que certamente iria ser decisivo para o movimento acontecido em 30 de agosto daquele mesmo ano. Na noite daquele dia o Deputado provincial Rafael Arcanjo, um conservador e aliado do padre Antônio Joaquim Rodrigues, que detinha profundas mágoas contra Jeremias da Rocha por sua posição anti-jesuítica, tramou juntamente com José Tertuliano, que era guarda da mesa de rendas, um plano para eliminar os desafetos políticos e empastelar o jornal liberal.³

Saíram nos subúrbios a assalariar capangas cacetistas para executarem a trama. Conseguiram, após vários contatos, reunir cerca de dez homens, os quais venderam seu

¹ CASCUDO, Luis da Câmara, *História do Rio Grande do Norte*, p. 182.

² ROSADO, Vingt-un, *Mossoró*, p. 79.

³ ESCOSSIA, Lauro, *Na trilha do pioneirismo*, 1972.

serviço por umas doses de bebidas. Após afogarem-se nos bares da cidade, partiram por volta das 8h para consumir o plano.⁴

Invadiram a casa de José Damião, Comerciante de Mossoró, ligado ao partido liberal mais do que isso amigo de Jeremias da Rocha. Sua residência, além de servir como ponto comercial, um quarto à parte funcionava como escritório da agência consular portuguesa. Vasculharam todo o prédio, revirando e quebrando o que viam pela frente. Ao perceberem que a casa havia sido abandonada pouco tempo antes da invasão, saíram rua a fora provocando grande pânico na população que assistia aqueles atos de selvageria. As autoridades policiais da cidade assistiram a tudo passivamente, como se apoiassem as arruaças, coniventes com os conservadores. Após percorrerem diversas ruas, chegaram ao sobrado, onde funcionava a tipografia do “Mossoroense”, sempre com gritos de insultos e ameaças de morte aos liberais e maçons.⁵

Ana Floriano encontrava-se postada no descanso da escada que levava ao primeiro andar do prédio onde Jeremias da Rocha se encontrava. Gritou para a turma de desordeiros alcoolizados agora posta ao pé da escada: “*Quem subir a escada morre na ponta deste espeto*”. Ela detinha em mãos um enorme espeto de assar carne, resoluta a enfrentar em luta com arma branca aqueles arruaceiros. O confronto só não se consumou dado a intervenção de terceiros e também pela pouca consistência dos capangas do deputado Rafael Arcanjo que, muito alcoolizados, se retiraram do local.⁶

Essa dentre outras atitudes tomadas por Ana Floriano a fizeram ser vista pela população mossoroense como mais do que uma simples mulher, mas uma líder, um ponto de referência para a inspiração de muitas mulheres que lutavam para conquistar espaço dentro da sociedade da época.

Do dia 1º de janeiro, data em que houve a tentativa de empastelamento do “Mossoroense”, até 30 de agosto de 1875, data da insurreição, agravaram-se os conflitos políticos e, mais ainda, os debates religiosos, levando a intervenção da Câmara Municipal.

No mês de março, foi proibido o uso em público nas ruas da cidade de qualquer espécie de arma, como citam as atas da Câmara Municipal:

⁴ Ibid,

⁵ Ibid..

⁶ Ibid,

*"Fica proibido nas ruas da cidade o uso de: Pistolas, revolveres, garruchas, clavinotes, bacamartes, gamadeiras, facões, facas de ponta, punhais, canivete punhal, bengala punhal, bem como todas as demais armas reconhecidamente perfurantes".*⁷

No mês de maio, preocuparam-se ainda os vereadores em apurar a não conclusão da cadeia pública, iniciada em 1869, pois achava a Câmara de essencial importância a sua conclusão como forma de coibir psicologicamente as desavenças pelas quais passava a cidade.⁸

Enquanto isso, por todas as partes da região, eclodiam sedições pelos mais diversos motivos afins. De outros municípios da província chegavam notícias de levantes contra as novas leis de alistamento militar e contra a cobrança de novos impostos, que cada dia se tomavam mais pesados.

Em Mossoró a Câmara de vereadores decide aplicar multas severas aos comerciantes que estivessem descumprindo as novas formas assimétricas de pesos e medidas ou que estivessem adquirindo os mesmos fora daquela jurisdição. Isso causou um grande descontentamento na população, principalmente no mercado público, onde entrou também em vigor a cobrança de 80 réis por carga de gênero de qualquer espécie exposto à venda.⁹

Não bastassem esses conflitos de ordem legal, a cidade passou a conviver com uma epidemia de febre amarela, o que iria se agravar nos anos seguintes, quando se alastraria pelo período de seca, levando milhares de miseráveis à cidade em busca de alimento e remédio.¹⁰

Mas o fato é que as autoridades locais assistiam às dificuldades do povo sem assinalar para uma fórmula que, pelo menos, viesse a amenizar o sofrimento do povo. O único que parecia se preocupar efetivamente era o homeopata Ricardo Pereira de Santana, que abriu mão de qualquer tipo de remuneração por parte das autoridades locais para assistir a população carente.

A cada dia criava-se no íntimo da população uma espécie de revolta quanto à imparcialidade das autoridades diante de seus problemas, do que se aproveitava a oposição

⁷ ROSADO, *O motim das mulheres, um episódio do quebra quilos*, p. 31.

⁸ *Ibid.*, p.31.

⁹ *Ibid.*, p. 32-33.

¹⁰ *Ibid.*, p. 33-35.

liberal para capitalizar apoio, conclamando a população a resistir à indiferença dos governantes.

A Igreja reprimia as famílias de maçons, impedindo que os filhos dessas famílias fossem batizados na igreja, o que levou muitos a recorrerem aos protestantes, outros foram batizados em rituais dentro da própria loja maçônica.¹¹

O fato é que se tornou cada vez mais fácil para os liberais conquistar o apoio da população. Foi nesse momento que a Câmara Municipal decidiu instalar a junta para alistamento dos homens que se enquadrassem nas resoluções determinadas pela Lei 2.556 para o exército e a armada.

Formada a junta na matriz de Santa Luzia, foram expedidos os editais de convocação para o alistamento; firmando-se um contrato com o jornal “O mossoroense”, que era órgão da imprensa liberal, para que fossem divulgadas as listas de sorteio dos escolhidos para o engajamento. Não se pode esquecer que, no mesmo jornal, constantemente vinham sendo publicados artigos contrários ao recrutamento. Para os liberais mossoroenses o recrutamento regulamentado pela Lei 2.556 só atendia aos interesses das elites governantes conservadoras e faziam duras críticas ao gabinete do Visconde do Rio Branco e, posteriormente, o do Duque de Caxias.¹²

Como ainda não se tinha o conhecimento total das novas medidas da Lei 2.556 e, bombardeadas por informações distorcidas, dando conta que na província cearense e na própria província do Rio Grande do Norte havia resistência ao recrutamento por tratar-se de uma lei que vinha trazer a escravidão aos homens livres, para servirem ao exército e à armada, criou-se um alvoroço geral entre a população já tão sofrida.

4.2 O movimento

Ana Floriano, sentindo que o momento era propício a um ato que demonstrasse repúdio às autoridades locais, recorreu à ajuda de Joaquina Maria de Gois e de Maria Filgueira, ambas esposas de maçons filiados ao Partido liberal, que deram todo apoio à causa.¹³

¹¹ Ibid., p. 56-70.

¹² Ibid., p. 6-7.

¹³ Ibid., p. 7.

Influenciadas pela disposição de Ana Floriano, não foi difícil reunir no dia 30 de agosto aproximadamente 300 mulheres, decididas que estavam a lutar pela causa liberal contra o alistamento militar, a política fiscal do governo e a política eclesiástica católica contra a maçonaria.

Reuniram-se na atual rua João Urbano de onde partiram com destino a praça Vigário Antônio Joaquim, onde foram rasgados os editais pregados nas portas da igreja matriz e despedaçados vários livros.¹⁴

Da praça Antônio Joaquim dirigiram-se à casa do escrivão de juiz de paz onde exigiram deste os livros e papéis concernentes ao sorteio de alistamento para o exército e a armada, rasgando todos os documentos de alistamento, livrando os sorteados de prestar à força o serviço militar. O grupo de mulheres partiu então para a redação do jornal onde obtiveram as relações dos sorteados para alistamento militar obrigatório que estavam para ser publicadas, e procederam também a sua destruição, rasgando-as em público em protesto contra o governo.¹⁵

Marcharam para a Praça da Liberdade, passando pela atual Praça 30 de setembro, onde se depararam com um corpo policial, que para ali se dirigiu para dominar a insurreição. Aos gritos de “avança”, logo ficaram confundidos no tumulto da luta soldados e mulheres.

Como era natural, várias mulheres saíram feridas e houve intervenção de terceiros evitando maiores conseqüências. A turba se dissolveu, mas com a certeza da vitória.¹⁶

No dia seguinte isso foi sentido, quando o diretor do jornal “O mossoroense” enviou um ofício à junta paroquial comunicando que deixaria de publicar as listas de sorteio daquela paróquia.¹⁷

Mesmo no ofício da Câmara Municipal ao presidente da província que como de praxe tentava amenizar as situações, houve a citação que no movimento de 30 de agosto marcharam pelas ruas da cidade 300 mulheres.¹⁸

Fica evidente que a insurreição não foi apenas um ato contra a lei de recrutamento militar, mas uma demonstração plena da inconformidade do povo diante de uma série de medidas estabelecidas e que eram alheias as dificuldades deles. No âmbito local, aos abusos

¹⁴ ROSADO, *op. cit.*, p. 7

¹⁵ *Ibid.*, p. 7

¹⁶ ROSADO, Vingt-un., *O motim das mulheres (artigo nº 25 publicado pelo grémio literário Santa Luzia, 11/08/1940)*

¹⁷ ROSADO, *O motim das mulheres, um episódio do quebra quilos*, p. 3.

dos que detinham o poder político e religioso e se perpetuavam como donos da verdade. A prova do descontentamento e repúdio da população a esses atos não poderia ter sido melhor representada a não ser pelas mulheres mossoroenses, símbolo maior da submissão e do clausuro dos limites impostos pela sociedade, sem direito a palavra ou a ação. Ao saírem as ruas, desafiaram todas as regras impostas pela sociedade de sua época.

¹⁸ Ibid., p. 4.

CONCLUSÃO

A situação econômica e política por que passou o Nordeste brasileiro, no final do século XIX, com a perda de seu espaço como importante centro econômico do Império, acarretou prejuízos, não só de ordem financeira, para os grandes proprietários de terra, mas principalmente prejuízo social, quando uma grande quantidade de sertanejos passaram a viver miseravelmente, tendo que conviver ainda com as injustiças que lhes eram impostas pelos governantes, que, alheios as suas dores, obrigaram-os por muito tempo a calarem-se diante de tantas injustiças. A inconformidade foi sendo somada pelas precárias condições de vida, pela falta de oportunidade de emprego, pelos altos tributos cobrados, o que acarretava cada vez mais a alta de preços das mercadorias de primeira necessidade, principalmente os alimentos.

Dentro desse ambiente, a mulher nordestina assistiu passivamente a tudo durante muito tempo. Sua voz não podia ser ouvida uma vez que nem mesmo eram consideradas pessoas públicas e só tinham razão de existir para seus afazeres domésticos e familiares. Contudo, idéias de maior liberdade foram surgindo aos poucos, resultado de uma série de modificações, que pressionaram a sociedade rígida do século XIX a flexibilizar suas atitudes. Essas mudanças não vieram da noite para o dia, mas aos poucos penetraram nas famílias e foram sendo lentamente absorvidas pela sociedade. Afora isso, o espírito de algumas mulheres se sobressaiu a sua época, demonstrando uma certa ruptura com valores até então em uso.

No caso da Insurreição das Mulheres de Mossoró encontramos um conjunto de fatores que levaram a eclosão do movimento. Se por um lado a mulher temia ser exposta as suas vontades, por outro lado encontramos na figura de Ana Floriano uma mulher que pensou muito além de sua época e não se conformou com a situação que a sociedade lhe quis impor. Sua coragem, aliada ao calor das disputas políticas contra os conservadores que se perpetuavam no poder já a tanto tempo, sem que pudesse oferecer algo novo à população sofrida da localidade, e mais as injustiças que a Igreja Católica, ao usar de sua autoridade, exercia com discriminações a algumas famílias, impedindo-as que seguissem essa fé desviada da recente ortodoxia pelo fato de serem de princípios maçônicos, fizeram com que Ana Floriano se tornasse um referencial para aquelas mulheres que mesmo insatisfeitas não tinham coragem suficiente para demonstrar suas opiniões. Aliem-se a isso tudo o pânico pelo qual passou a população atormentada pelo fantasma da escravidão, e que pensaram tornar real na

Lei Imperial para o recrutamento militar. Não lhes restaram outra opção a não ser saírem às ruas e lutar para que as suas vozes fossem ouvidas. Aquelas 300 mulheres que protagonizaram a insurreição em 30 de agosto de 1875 não tinham ao menos a noção da importância daquele ato, não para a causa específica, mas o que representou no âmbito geral da sociedade de sua época. Certamente os reflexos perduraram e as transformações fluíram de uma forma mais natural, uma vez que a barreira do preconceito público excluindo as mulheres da cidadania política e civil começou ali a ruir. Muitas outras lutas posteriores tomaram certamente por referência essa insurreição, abrindo caminho para outras conquistas femininas na esfera pública e privada da sociedade sertaneja e nordestina. Portanto, não se pode deixar de reconhecer que a Insurreição das Mulheres de Mossoró constituiu um marco na história da mulher potiguar.

BIBLIOGRAFIA

1. AQUINO, Aécio Villar de, **Nordeste: século XIX**. João Pessoa: UFPB. Ed. Universitária, 1980.
2. CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**: Rio de Janeiro: MEC, 1955
3. _____. **Notas e documentos para a história de Mossoró**: Mossoró, 2. Ed. (Col. Mossoroense C, 3).
4. D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto: UNESP, 1997.
4. ESCOSSIA. Lauro, **Na trilha do pioneiro**. Mossoró: O Mossoroense, ano 100, n.º 290, 1972.
6. FALCI, Miridian Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; UNESP, 1997.
7. MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste insurgente: 1850-1890**. São Paulo: Brasiliense 1981.
8. MAIOR, Armando Souto. **Quebra quilos, lutas sociais no outono do Império**. São Paulo: Companhia Editora nacional: MEC, 1978. (Col. Brasileira, 366)
9. MARIZ, Celso. **Ibiapina, uma apóstolo do Nordeste**, João Pessoa: UFPB. Ed. Universitária, 1980..
10. NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971.
11. ROSADO, Vingt-Un. **Mossoró**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1940.
12. _____. **O motim das mulheres, um episódio do quebra quilos**. Mossoró, 1981. (Col. Mossoroense, 157)
13. _____. **O motim das mulheres**. Mossoró: Orgão literário Santa Luzia, Art. 25, 1940.
14. SOUZA, Francisco Fausto de. **História de Mossoró**. João Pessoa: UFPB, Ed. Universitária, 1979.